



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

# **Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

## EQUILÍBRIO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE INCENTIVO AO CONSUMO FRENTE À NECESSIDADE DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR CONTRA O ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO

BALANCE BETWEEN ECONOMIC POLICIES ENCOURAGING CONSUMPTION AND THE NEED TO PROTECT CONSUMERS AGAINST EXCESSIVE INDEBTEDNESS

EQUILIBRIO DE LAS POLÍTICAS ECONÓMICAS DE INCENTIVO AL CONSUMO FRENTE A LA NECESIDAD DE PROTECCIÓN DEL CONSUMIDOR CONTRA EL SOBREENDEUDAMIENTO

### RESUMO

O presente artigo analisa o equilíbrio entre as políticas econômicas de incentivo ao consumo e a necessidade de proteção do consumidor frente ao superendividamento no Brasil. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, investiga-se o papel do Direito do Consumidor na construção de um modelo de crédito mais sustentável. Inicialmente, são abordados os fundamentos da proteção jurídica do consumidor, com destaque para os princípios da vulnerabilidade, boa-fé objetiva e função social do contrato. Em seguida, analisa-se o fenômeno do superendividamento, suas causas e os mecanismos de prevenção e tratamento introduzidos pela Lei nº 14.181/2021. Os resultados evidenciam a existência de uma tensão entre o incentivo ao consumo e a preservação da saúde financeira do consumidor, destacando a importância da educação financeira e da concessão responsável de crédito. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, ainda existem desafios para a consolidação de um sistema de consumo mais equilibrado e sustentável.

**Palavras-chave:** Direito do consumidor; superendividamento; crédito; proteção do consumidor; consumo sustentável.

### ABSTRACT

This article analyzes the balance between economic policies that encourage consumption and the need to protect consumers against over-indebtedness in Brazil. Based on a qualitative approach through bibliographic review, the study examines the role of Consumer Law in building a more sustainable credit model. Initially, it addresses the legal foundations of consumer protection, highlighting principles such as vulnerability, good faith, and the social function of contracts. It then explores the phenomenon of over-indebtedness, its causes, and the prevention and treatment mechanisms introduced by Law No. 14,181/2021. The results reveal a tension between consumption incentives and the preservation of consumers' financial well-being, emphasizing the importance of financial education and responsible lending. It concludes that, despite legal advances, challenges remain in achieving a more balanced and sustainable consumption system..

**Keywords:** Consumer law; over-indebtedness; credit; consumer protection; sustainable consumption.

### RESUMEN

El presente artículo analiza el equilibrio entre las políticas económicas de incentivo al consumo y la necesidad de protección del consumidor frente al sobreendeudamiento en Brasil. A partir de un enfoque cualitativo, basado en revisión bibliográfica, se examina el papel del Derecho del Consumidor en la construcción de un modelo de crédito más sostenible. Inicialmente, se abordan los fundamentos de la protección jurídica del consumidor, destacando los principios de vulnerabilidad, buena fe objetiva y función social del contrato. Posteriormente, se analiza el fenómeno del sobreendeudamiento, sus causas y los mecanismos de prevención y tratamiento introducidos por la Ley nº 14.181/2021. Los resultados evidencian una tensión entre el incentivo al consumo y la preservación de la salud financiera del consumidor, resaltando la importancia de la educación financiera y la concesión responsable de crédito. Se concluye que, a pesar de los avances normativos, aún existen desafíos para la consolidación de un sistema de consumo más equilibrado y sostenible.

**Palabras clave:** Derecho del consumidor; sobreendeudamiento; crédito; protección del consumidor; consumo sostenible.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou uma significativa ampliação do acesso ao crédito, impulsionada por políticas voltadas ao incentivo do consumo. Embora esse movimento tenha favorecido a inclusão financeira e o crescimento econômico, também evidenciou fragilidades nas relações de consumo, especialmente quanto à capacidade dos consumidores de administrar suas obrigações financeiras (Marques, 2021).

Nesse cenário, o crédito passou a ocupar papel central na vida econômica, deixando de ser apenas um recurso pontual para se tornar parte estruturante do consumo. No entanto, essa expansão nem sempre foi acompanhada de mecanismos adequados de proteção, contribuindo para o aumento do endividamento das famílias e reforçando a necessidade de maior atuação do Direito do Consumidor (Miragem, 2023).

Diante disso, o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente por meio do Código de Defesa do Consumidor, passou a buscar o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção da dignidade do consumidor. A Lei nº 14.181/2021 representa um avanço nesse sentido, ao estabelecer medidas voltadas à prevenção e ao tratamento do superendividamento (Benjamin; Marques; Bessa, 2022).

Assim, o desafio atual não está apenas na ampliação do crédito, mas na construção de um modelo sustentável e responsável. Isso exige reconhecer o consumidor como sujeito de direitos, cuja dignidade deve ser preservada frente a práticas que possam comprometer sua saúde financeira (Sarlet; Zockun, 2016).

Dessa forma, este artigo analisa a contribuição do Direito do Consumidor na construção de um modelo de crédito sustentável, com foco na proteção jurídica e no enfrentamento do superendividamento, destacando as tensões entre incentivo ao consumo e preservação do mínimo existencial (Miragem, 2023).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Direito do consumidor e proteção jurídica

Ao analisar a evolução das relações de consumo no Brasil, percebe-se que o Direito do Consumidor surge como resposta às desigualdades presentes no mercado, atuando como instrumento de equilíbrio entre consumidor e fornecedor. Nesse contexto, o Código de Defesa do Consumidor consolida um modelo jurídico voltado à proteção da parte mais vulnerável, reforçando a necessidade de intervenção estatal para garantir justiça nas relações contratuais (Benjamin; Marques; Bessa, 2022).

Com a expansão do crédito e o fortalecimento da sociedade de consumo, essa proteção passou a abranger novos desafios. Embora o crédito represente inclusão e acesso a bens, sua oferta indiscriminada pode gerar riscos significativos. Por isso, o Direito do Consumidor assume papel essencial ao limitar práticas abusivas e assegurar informações claras ao consumidor (Marques, 2021).

Nesse cenário, a vulnerabilidade do consumidor se destaca como fundamento central, decorrente da desigualdade técnica, informacional e econômica frente ao fornecedor. Essa condição justifica a adoção de normas protetivas e um tratamento jurídico diferenciado, voltado ao reequilíbrio das relações de consumo (Miragem, 2023).

Em situações específicas, essa vulnerabilidade se intensifica, configurando a chamada hipervulnerabilidade, comum em grupos como idosos e pessoas com menor instrução. Nesses casos, o risco de práticas abusivas, especialmente no acesso ao crédito, é maior, exigindo uma atuação mais rigorosa do ordenamento jurídico (Marques; Miragem, 2014).

Diante disso, os princípios do Direito do Consumidor, como boa-fé objetiva, transparência e equilíbrio contratual, orientam as relações de consumo e limitam a atuação dos fornecedores, promovendo maior justiça e segurança jurídica (Nunes, 2020).

Além disso, a função social do contrato reforça que os acordos não devem atender apenas aos interesses individuais, mas também considerar seus impactos sociais. No caso do crédito, isso implica avaliar a capacidade de pagamento do consumidor, evitando situações de endividamento excessivo (Miragem, 2023).

Por fim, a boa-fé objetiva exige condutas éticas e transparentes, impondo deveres como informar e agir com lealdade. No contexto do crédito, isso se traduz na

responsabilidade das instituições financeiras, contribuindo para relações mais equilibradas e sustentáveis (Benjamin; Marques; Bessa, 2022).

## 2.2 Superendividamento

Ao aprofundar a análise, o superendividamento se revela como um dos principais desafios atuais do Direito do Consumidor. Trata-se da situação em que o consumidor, mesmo agindo de boa-fé, não consegue cumprir suas obrigações sem comprometer sua subsistência, gerando impactos não apenas individuais, mas também sociais e econômicos (Marques, 2006).

Diante disso, a prevenção ao superendividamento torna-se essencial. Medidas como concessão responsável de crédito, transparência e educação financeira são fundamentais para evitar o agravamento do problema, sendo a prevenção mais eficaz do que a tentativa de solução posterior (Marques; Lima; Bertocello, 2010).

Nesse contexto, o ordenamento jurídico brasileiro avançou com a Lei nº 14.181/2021, que introduziu mecanismos de tratamento do superendividamento, como a repactuação de dívidas e a proteção do mínimo existencial, buscando soluções mais humanas e efetivas (Marques, 2021).

Importa destacar que o consumidor superendividado não deve ser visto como irresponsável, mas muitas vezes como vítima de fatores externos, como desemprego ou queda de renda. Essa compreensão é essencial para a adoção de soluções mais justas (Carvalho; Ferreira, 2016).

Além disso, o mínimo existencial assume papel central ao garantir que o pagamento de dívidas não comprometa condições básicas de vida, reforçando a ligação entre o Direito do Consumidor e a proteção da dignidade humana (Sarlet; Zockun, 2016).

A educação financeira também se mostra indispensável, pois contribui para decisões mais conscientes no uso do crédito, sendo reconhecida como importante instrumento de prevenção e inclusão social (OCDE, 2018).

Por fim, a Lei nº 14.181/2021 evidencia o esforço do ordenamento jurídico em equilibrar o incentivo ao consumo com a proteção do consumidor, buscando um modelo de crédito mais responsável e sustentável (Benjamin; Marques; Miragem, 2020).

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica da literatura, por permitir uma análise mais aprofundada dos fundamentos teóricos e jurídicos relacionados ao Direito do Consumidor e ao superendividamento. Esse tipo de pesquisa é especialmente adequado ao campo jurídico, pois possibilita uma interpretação crítica das normas e princípios, indo além de uma análise meramente descritiva (Gil, 2019).

Nesse sentido, a revisão bibliográfica foi utilizada como principal procedimento metodológico, a partir da análise de obras doutrinárias, artigos científicos, legislações e documentos institucionais relevantes. Essa estratégia permite o diálogo entre diferentes autores e perspectivas, contribuindo para uma compreensão mais consistente do tema (Marconi; Lakatos, 2021).

A seleção do material considerou critérios de relevância, atualidade e pertinência temática, com destaque para autores consagrados como Claudia Lima Marques, Bruno Miragem e Rizzatto Nunes, além de estudos recentes sobre a Lei nº 14.181/2021 e o superendividamento. Também foram incluídos documentos de organismos nacionais e internacionais, ampliando a análise do tema (Marques, 2021).

Além disso, a pesquisa foi realizada em bases acadêmicas e jurídicas, como Google Acadêmico, Scielo, Portal CAPES e JusBrasil, utilizando descritores como “superendividamento do consumidor”, “crédito responsável” e “proteção do consumidor”. Essa estratégia permitiu identificar produções alinhadas ao objetivo do estudo (Gil, 2019).

Quanto à análise dos dados, adotou-se uma abordagem interpretativa, com foco na análise crítica da doutrina e da legislação vigente, especialmente o Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº 14.181/2021. Buscou-se compreender a relação entre proteção do consumidor, crédito e superendividamento (Miragem, 2023).

Por fim, a metodologia não se limitou à descrição do tema, mas buscou promover uma reflexão crítica sobre as tensões entre o incentivo ao consumo e a proteção da saúde financeira do consumidor, contribuindo para o debate jurídico e para a construção de relações de consumo mais equilibradas (Marconi; Lakatos, 2021).

## 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A partir da revisão bibliográfica realizada, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro tem avançado na construção de mecanismos voltados à proteção do consumidor frente aos riscos do superendividamento. A incorporação de princípios como a dignidade da pessoa humana, a boa-fé objetiva e o equilíbrio contratual evidencia a preocupação em assegurar relações de consumo mais justas, especialmente no âmbito do crédito (Benjamin; Marques; Bessa, 2022).

Nesse sentido, os resultados demonstram que o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor é elemento central para a formulação de políticas protetivas. Essa vulnerabilidade se intensifica diante da complexidade dos contratos de crédito, reforçando a necessidade de maior transparência e acesso à informação para prevenir o endividamento excessivo (Miragem, 2023).

Além disso, verificou-se que a ampliação do crédito, embora tenha impulsionado a economia, também contribuiu para o aumento do endividamento das famílias. Esse cenário revela a tensão entre as políticas de incentivo ao consumo e a efetiva proteção da saúde financeira do consumidor (Marques, 2021).

Outro ponto relevante refere-se à atuação das instituições financeiras, que frequentemente priorizam a expansão do crédito em detrimento da análise da capacidade de pagamento do consumidor. Essa prática favorece ciclos de endividamento, sobretudo entre consumidores mais vulneráveis, indicando a necessidade de maior regulação (Nunes, 2020).

No que diz respeito à Lei nº 14.181/2021, observa-se um avanço importante ao introduzir mecanismos como a repactuação de dívidas e a proteção do mínimo existencial. Contudo, ainda existem desafios quanto à sua efetividade prática e à conscientização dos envolvidos (Marques, 2021).

Ademais, o mínimo existencial se mostra essencial para garantir a dignidade do consumidor, ao impedir que o pagamento de dívidas comprometa necessidades básicas. Esse princípio reforça a conexão entre o Direito do Consumidor e os direitos fundamentais (Sarlet; Zockun, 2016).

A educação financeira também se destaca como ferramenta fundamental na prevenção do superendividamento, ao contribuir para decisões mais conscientes no uso do crédito, sendo indispensável para um mercado mais equilibrado (OCDE, 2018).

Por fim, apesar dos avanços, ainda persistem desafios na consolidação de um modelo de crédito responsável no Brasil. A superação dessas dificuldades exige uma atuação integrada entre Estado, mercado e sociedade, com foco na proteção efetiva da saúde financeira do consumidor (Miragem, 2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, é possível concluir que o Direito do Consumidor brasileiro tem avançado de forma significativa na tentativa de equilibrar o incentivo ao consumo com a proteção da saúde financeira do consumidor. A incorporação de princípios como a boa-fé objetiva, a função social do contrato e a dignidade da pessoa humana evidencia uma preocupação crescente com a construção de relações de consumo mais justas e equilibradas.

Nesse contexto, a Lei nº 14.181/2021 representa um marco importante ao estabelecer mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento, reforçando a necessidade de um modelo de crédito mais responsável. No entanto, os desafios relacionados à sua efetiva aplicação demonstram que ainda há um caminho a ser percorrido para garantir maior proteção ao consumidor, especialmente diante das práticas do mercado de crédito.

Por fim, destaca-se que a construção de um sistema sustentável de consumo depende não apenas da atuação do Estado, mas também do comprometimento das instituições financeiras e do fortalecimento da educação financeira. Somente por meio de uma atuação integrada será possível reduzir os riscos de superendividamento e promover um ambiente econômico que respeite, de forma efetiva, a dignidade do consumidor.

## 6 REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 set. 1990.

- BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2 jul. 2021.
- CARVALHO, Diógenes Faria de; FERREIRA, Vitor Hugo do Amaral. Superendividamento do consumidor: prevenção e tratamento. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 107, p. 15-34, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
- MARQUES, Claudia Lima. Superendividamento do consumidor: estudos sobre a concessão de crédito e prevenção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- MARQUES, Claudia Lima; LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Karen Rick Danilevicz. Prevenção e tratamento do superendividamento. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 28, p. 57-88, 2010.
- MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.
- NUNES, Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- OCDE. OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion. Paris: OECD, 2018.
- SARLET, Ingo Wolfgang; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Direitos fundamentais e proteção do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 105, p. 45-68, 2016.

